

# Déficit deve superar 6% do PIB

por Celso Pinto  
de Brasília

O déficit do setor público neste ano será maior do que o imaginado. Até agora, utilizava-se a estimativa de que ele chegasse a 5,67% do PIB ou Cr\$ 2,9 trilhões, mas já se sabe que ele será superior a 6%. Isto torna ainda mais austera a meta governamental de cortar este déficit para 2,5% do PIB no próximo ano.

O economista Carlos Von Doellinger, do IPEA — órgão de assessoria da Secre-

taria do Planejamento —, o responsável, no governo, pelos cálculos já feitos sobre o déficit público, está refazendo suas contas. Sua estimativa de um déficit de 5,67% do PIB neste ano, incluída na Consolidação Plurianual de Programas de Governo (CPPG), que serviu como referência para as discussões sobre o próximo ano, será superada por vários lados.

O déficit do setor público é calculado como a soma dos subsídios do orçamento monetário e as despesas das estatais (não cobertas

por receitas próprias ou do Tesouro), excluídas todas as receitas destes dois orçamentos e as transferências do orçamento da União. No CPPG, o déficit do orçamento monetário está estimado neste ano em Cr\$ 1,233 trilhão (os subsídios somariam Cr\$ 1,780 trilhão), e o déficit das estatais, em Cr\$ 1,724 trilhão. Ambos os números serão superados, pelas indicações já disponíveis.

## REVISÃO

Além disso, o CPPG imaginava um crescimento do

PIB de 3% para este ano, quando somaria Cr\$ 51,5 trilhões. Hoje, as mais otimistas estimativas da Secretaria do Planejamento são de um aumento de 1,5% no PIB deste ano — é provável, admite-se, que fique entre zero e 1%. Um déficit maior sobre um produto menor acabará superando os 6%. Em 1981, o déficit público situou-se em 5,6% do PIB, depois de 6,7% em 1980 e do "pico" em 1979, quando chegou a 8,3% do PIB. Também estes números, contudo, estão sendo revisados e devem ser um

pouco maiores do que havia sido calculado.

Há uma consequência prática importante com esta revisão do déficit público: o ministro do Planejamento, Delfim Netto, fixou em 2,5% do PIB a meta para o próximo ano, e é sobre esta hipótese que estão trabalhando seus assessores. Se estes assessores já consideravam drástico o corte proposto, a partir de 5,6% do PIB, ele agora será ainda mais acentuado.

## CONDICIONANTE

Na verdade, nem todos estes economistas consideram esta meta factível ou mesmo necessária. A principal condicionante de 1983 é o setor externo, ou seja, é cortar o déficit em transações correntes de US\$ 13,5 bilhões para US\$ 8,5 bilhões. Isto porque se sabe que dificilmente será possível encontrar dólares no mercado internacional para financiar um déficit externo superior a este. O corte no déficit público teria, primordialmente, a função de viabilizar esta redução no déficit em transações correntes.

No lado das estatais, isto é evidente: se a tomada de

recursos externos não pode superar um "x" em 1983, será preciso cortar os dispêndios destas empresas a um nível compatível. Já do lado dos subsídios, argumentam alguns destes economistas, a relação não é tão unívoca. Ao contrário, se houver uma redução drástica nos subsídios agrícolas e à exportação, isto poderá acabar prejudicando as exportações e, portanto, o setor externo. A verdade é que é muito maior o empenho do Banco Central no corte dos subsídios do que o da Seplan. Uma cirurgia muito profunda nos subsídios teria reflexo maior sobre a inflação do que sobre as contas externas.

## IMPACTO

Por enquanto, a ordem é projetar as contas de 1983 para um déficit público não superior a 2,5% do PIB. No momento, a Seplan procura precisar qual o impacto desta meta sobre o crescimento do setor industrial. Mas já há quem arrisque imaginar que acabará prevalecendo a idéia de uma meta mais realista para o déficit público de 3,5% a 4,5% do PIB.